

Fontes para a história da educação: a importância dos arquivos

Resumo

Este texto tem por objetivo ampliar a discussão acerca do conceito de fontes e de sua utilização nos debates da história e historiografia da educação que se avolumaram nos últimos anos devido, sobretudo, ao aumento nos cursos de pós-graduação em educação. Entendemos fonte como a matéria-prima básica do trabalho do historiador e para tanto justificamos a importância da preservação e organização da documentação referente à educação. Na história da educação durante algum tempo recorreu-se apenas às fontes oficiais escritas, com a expansão das investigações neste campo de pesquisa, o pesquisador foi também alargando seu conceito das fontes e seus usos. A discussão aqui proposta trata primeiramente do campo da história da educação e em um segundo momento se detém na discussão das fontes e a importância dos arquivos na preservação de documentos. Conclui-se apresentando o Laboratório de Ensino e Pesquisa em História da Educação - LEPHE como um espaço que se destina a conservação de documentos/arquivos e memória.

Palavras-chave: História da Educação. Arquivos escolares. Pesquisa. Fontes

Simone Burioli Ivashita

Universidade Estadual de Londrina
sivashita@yahoo.com.br

Introdução

A finalidade deste texto é colocar em discussão a importância da problematização e do alargamento da concepção de fontes em História e historiografia da Educação. O aumento na produção historiográfica permite vislumbrar que os pesquisadores deste campo de pesquisa já vêm se debruçando sobre essas questões.

Em razão das investigações realizadas nos cursos de pós-graduação em educação as pesquisas em História da Educação vêm ampliando-se e diversificando-se, principalmente nos últimos 50 anos, após a implantação dos primeiros programas de pós-graduação¹. A questão norteadora desta discussão inclina-se para o conceito de fontes e seus variados tipos, atentando-se para o trato com as fontes e a conscientização sobre a sua importância da conservação destas para o trabalho do historiador. Nesta discussão pretendemos enfatizar ainda a relevância da preservação e organização da documentação referentes a educação, para que possam se constituir como fonte de pesquisa para o historiador.

Sendo assim, dividimos a exposição em duas partes. Na primeira tratamos do campo da História da Educação e sua configuração atual. Na segunda parte problematizamos a questão das fontes para a pesquisa em História da Educação, centrando esforços no papel dos arquivos para conservação da documentação, onde apresentamos a experiência do LEPHE (Laboratório de Ensino e Pesquisa em História da Educação) como um espaço privilegiado de conservação e guarda de fontes.

O campo da História da Educação

Começamos nossa reflexão com a prerrogativa que “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado esta em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa” (BLOCH, 2001, p. 75). Essas palavras de Marc Bloch nos acalentam quanto à empreitada de (re)construir o passado, tendo a

¹ O primeiro programa de pós-graduação data de 1965 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – RJ) seguido da PUC – SP em 1969.

certeza de que a história não está pronta, ela está por fazer-se, é expressivo pensar que tantas histórias já foram contadas e tantas ainda há para contar.

Interessante perceber que durante algum tempo, a História da Educação não foi foco de estudo. Como exemplo podemos citar uma obra muito referenciada no campo, trata-se do livro de Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas – *Domínios da História* (1997) que dentre seus capítulos aborda a História econômica, social, das ideias, das mentalidades, história cultural, história agrária, história urbana, das famílias, das mulheres, da vida privada, da sexualidade, da etnia, das religiões e não cita a História da Educação².

Nos últimos anos surgiram muitos espaços para discussão da produção historiográfica, como as associações, grupos de estudos, eventos e periódicos especializados, dando maior visibilidade às pesquisas em História da Educação. Podemos destacar a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) que desde a década de 1980 vem se constituindo como um espaço frutífero de discussão no campo educacional.

Na mesma década, em meados de 1986, foi criado o Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, mais conhecido como HISTEDBR, que tem feito esforços no sentido de articular pesquisas/pesquisadores da área de História da Educação em vários estados brasileiros. O grupo constitui-se atualmente de 24 (vinte e quatro) GTs que abrangem 13 (treze) estados do país e está sediado na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) sob a coordenação geral do professor Dermeval Saviani, realizando anualmente encontros e seminários.

Após um longo processo de discussão sobre novos espaços para a interlocução e consolidação da área, foi criado em 1999 a Sociedade Brasileira de História da Educação que, desde 2000, vem realizando congressos bianuais³ contando com a participação efetiva de professores de História da Educação de todo o país.

² Outra obra que pode ser observada neste sentido é a de Jacques Le Goff e Pierre Nora – *História: Novos objetos* de 1976.

³ Para maiores informações ver site da Sociedade Brasileira de História da Educação www.sbhe.org.br, com os anais de todos os Congressos, sendo que o primeiro aconteceu em 2000 no Rio de Janeiro, seguido

Importante destacar que o campo da História da Educação tem estreitado relações com outras disciplinas e campos investigativos o que contribui para uma renovação teórica das pesquisas em História da Educação e também para a incorporação de novas abordagens teórico-metodológicas, revigorando com isso as possibilidades de pesquisa.

Nessa esfera de discussão um dos traços marcantes neste movimento de renovação e ampliação da história e da historiografia da educação tem inspiração na vertente interpretativa da Nova História Cultural que abriu outras possibilidades para além da narrativa linear dos acontecimentos e optou por uma história-problema que se atentasse para todas as atividades humanas e não só a história política (BURKE, 1997).

Dentro dessa efervescência no campo da História da Educação cabe uma discussão sobre fontes, no intuito de compreender como o historiador pode reconstituir/reconstruir os pedaços da história. Este tema já aparece há algum tempo nas discussões realizadas nos congressos ora indicados e também nas revistas especializadas, por autores como: Faria Filho (1999, 2000), Lombardi e Nascimento (2004); Gondra (2005); Nunes e Carvalho (2005) e Pinski (2008), dentre outros.

Fontes/Arquivos

A discussão em torno das fontes justifica-se quando entendemos que “os historiadores da educação dependem, nas suas investigações, não apenas das questões formuladas dentro de certas matrizes teóricas, mas também dos materiais históricos com que podem contar” (NUNES e CARVALHO, 2005, p. 29)

A preocupação com as fontes não pode prescindir a ideia de que “uma leitura do passado, por mais controlada que seja pela análise dos documentos, é sempre dirigida por uma leitura do presente” (CERTEAU, 2006, p. 34). Desta forma é o pesquisador no presente que levanta questões em relação ao passado.

de Natal, Rio Grande do Norte, em 2002, e Curitiba, Paraná, em 2004, em Goiânia, Goiás, no ano de 2006, já em 2008 temos o V CBHE na cidade de Aracaju em Sergipe, o VI encontro aconteceu em Vitória no Espírito Santo no ano de 2011 (por motivos de ajustes no calendário e para evitar coincidência com o Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação) e o VII Congresso que aconteceu em maio deste ano na cidade de Cuiabá, no Mato Grosso.

No que diz respeito à definição de fonte Saviani (2004, p. 5) nos indica:

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história.

De um modo geral fonte é a matéria-prima do historiador, aquilo de que ele se vale para fazer história, mas devemos advertir que:

Em sua inteireza e completude, o passado nunca será plenamente conhecido e compreendido; no limite, podemos entendê-lo em seus fragmentos, em suas incertezas. Por mais que o pesquisador tente se aproximar de uma verdade sobre o passado, apostando no rigor metodológico, permanecem sempre fluidos e fugidios os pedaços de história que se quer reconstruir (LOPES e GALVÃO, 2001, p. 77).

Na História da Educação, durante algum tempo, recorreu-se apenas às fontes oficiais escritas (a legislação, as discussões parlamentares, atas, relatórios escritos por autoridades, regulamentos, programas de ensino e estatísticas), entretanto com a expansão das investigações neste campo de estudos e pesquisas, o historiador foi também alargando as possibilidades de uso das fontes e “incorporaram a ideia de que a História se faz a partir de qualquer traço ou vestígio deixado pelas sociedades passadas” (LOPES e GALVÃO, 2001, p. 81) entendendo, por vezes, que as fontes oficiais apresentavam-se insuficientes para responder as questões da investigação.

Quando pensamos no alargamento da concepção de fontes, não podemos deixar de recorrer a Febvre (1949) um dos fundadores da revista dos *Annales*, que assevera:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. [...] Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a

presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreaajuda que supre a ausência do documento escrito? (FEBVRE in: LE GOFF, 2003, p. 530).

Adotamos assim um conceito bem amplo do que seja fonte, tudo o que nos informa sobre a atividade humana, em específico no trato com as questões educacionais pode ser objeto de estudo. Segundo Bloch (2001, p. 79) “a diversidade de testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”.

Neste sentido temos que levar em consideração a responsabilidade do historiador, é ele que, com sua sensibilidade e seu rigor, analisará o que tem em mãos e construirá suas fontes (LOPES e GALVÃO, 2001).

Em seu livro *A Escrita da História*, Michel de Certeau (2006, p. 81) trata do estabelecimento das fontes ou da redistribuição do espaço, quando afirma que:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em “isolar” um corpo, como se faz em física, e em “desfigurar” as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto *a priori*. Ele forma a “coleção”. [...] Longe de aceitar os “dados”, ele os constitui. O material é criado por ações combinadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente.

Falaremos aqui, mais detidamente, sobre a “produção” do material com que irá trabalhar o historiador, sabendo que:

As fontes estão aí, disponíveis, abundantes ou parcas, eloquentes ou silenciosas, muitas ou poucas, mas vemos, pelos trabalhos que são realizados, que existem. Mas estão também indisponíveis porque, inicialmente, é preciso que aquele que se propõe ao trabalho vá atrás

delas e só faça isso se tiver um problema ou, no mínimo, um tema. De saída, o que determina o que serão as fontes é exatamente isso: o problema problematizado. (LOPES e GALVÃO, 2001, p. 78)

Primeiramente é preciso situar o seu problema de pesquisa, delimitar seu espaço de pesquisa, juntamente com o período de tempo que será considerado, para só então passar para o inventário de quais podem ser as fontes de informação para responder a questão proposta.

Se é o problema que norteia a escolha das fontes, podemos entender com isso que uma mesma fonte pode ser utilizada várias vezes e por pesquisadores distintos, tendo em vista que é a pergunta que dará sentido à investigação. Este trabalho implica efetivamente o recorte e reagrupamento de dados e informações que possam dar sentido a pergunta que se quer responder.

Problematizando metodologicamente a investigação percebemos que o ponto de partida não são as fontes e sim a pergunta. Segundo Lopes e Galvão (2001, p. 92):

[...] são as perguntas que o pesquisador tem a fazer ao material que lhe conferem sentido e, no limite, enquanto houver perguntas, o material não está suficientemente explorado. Nesse sentido é que se diz que uma fonte nunca está esgotada e que a história é sempre reescrita, na medida em que depende do problema proposto a ser enfrentado e, portanto, do tipo de pergunta que lhe é formulada. Esta, por sua vez, é sempre resultado de um olhar que, do presente, o pesquisador(a) lança ao passado.

Na mesma perspectiva Bloch (2001, p. 79) indica que “os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los”. Uma pesquisa que não tem pergunta/problema, não se caracteriza como pesquisa.

Após a conceituação de fonte e da percepção do leque de possibilidades que se abre ao historiador para desenvolver seu ofício passamos agora para uma reflexão acerca dos variados tipos de fontes e ainda o trato, catalogação e conservação das fontes.

Carla Pinsky, em seu livro *Fontes históricas* (2008, p. 8), nos apresenta um cabedal de fontes possíveis para o trabalho com a história e instiga o historiador a ir “além do

papel” e se aventurar em arquivos, ouvir depoimentos, “manusear documentos, escarafunchar vestígios da cultura material ou simbólica, decifrar impressos ou audiovisuais em busca das experiências de nossos antepassados, aceitando os desafios da História”.

O historiador que tem interesse por pesquisar o que essas fontes revelam sobre as sociedades às quais elas pertencem(ram), podem valer-se das fontes documentais, arqueológicas, impressas, orais, biográficas, audiovisuais, dentre outras. Cada uma dessas fontes terá maior ou menor importância dependendo do objeto da pesquisa, seus interesses e questionamentos (PINSKY, 2008).

Não penso que o método das aproximações múltiplas seja prejudicial ao trabalho do historiador. Ele é por vezes mais ou menos imposto pelo estado da documentação, dado que cada tipo de fonte exige um tratamento diferente, no interior de uma problemática de conjunto (LE GOFF, 2003, p. 46 grifo nosso).

É preciso perceber que não há um tipo único de documento destinado para cada problema histórico (BLOCH, 2001) o historiador pode se valer de inúmeros documentos para responder uma questão ou ainda (re)visitar o mesmo documento por diversas vezes buscando responder questões diferentes. Podemos acirrar a ideia da inesgotabilidade das fontes, pois todo novo contato com elas nos trará novos elementos e novos significados e interpretações.

Uma questão que cabe evitar é a utilização das fontes apenas como ilustração, alguns trabalhos utilizam da fonte apenas para comprovar a “veracidade” dos documentos. Fonte não é para ilustrar e sim para ser problematizada enquanto registro e/ou testemunhas dos atos históricos.

Diante de todas as questões apresentadas até aqui, optamos por destacar o papel dos arquivos na preservação das fontes/documentos para o trabalho do historiador. Sabemos que os arquivos e seus documentos têm adquirido maior importância no campo da História da educação. Isso se deve ao fato de que eles possuem informações que permitem analisar as representações “realizadas sobre os vários discursos que são

produzidos pelos atores educativos – professores, alunos, funcionários, autoridades locais e nacionais” (MOGARRO, 2006, p.72).

Os arquivos escolares têm ganhado visibilidade nos estudos referentes à História da Educação, especificamente acerca da história das instituições educativas, e isso fica evidente por meio do aumento das publicações referentes à temática, como por exemplo: Mogarro (2006); Bonato (2005); Vidal (2000, 2005); Zaia (2003, 2005) e Furtado (2011) dentre outros.

A escola é uma instituição que faz parte da história da sociedade e seu acervo constitui um dos meios para reavivar a memória daqueles que fizeram parte dessa instituição, além disso, os documentos encontrados dão indícios das práticas administrativas e pedagógicas que abrem um leque de possibilidades de análise do cotidiano escolar. Assumimos, portanto, a visão de escola como construção social e percebemos nela não mais somente uma única forma de estudo e pesquisa, deste modo “a escola é tomada como um lugar de reprodução e produção de uma cultura escolar e social. Como um lugar de possibilidades e não de uma única possibilidade, de uma única visão de mundo” (GATTI JR, 2008, p. 236).

Importante destacar que para que os arquivos escolares sirvam de fonte para a pesquisa é imprescindível uma catalogação correta das informações, no sentido de mantê-las armazenadas e organizadas em local adequado para que facilite o trato com as fontes.

Quando discutimos a temática dos arquivos escolares, indicando sua importância, percebemos que o referencial teórico perpassa campos como o da História, da História da Educação e também da Arquivologia, desta forma, para afinar a discussão vamos conceituar o que entendemos por arquivo, expresso na lei n.8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, nas palavras de Bonato (2005, p. 196) arquivo é:

Conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação e natureza dos documentos.

Além do conceito de arquivo precisamos pensar no que constitui um documento? O que deve ser preservado como documento? O que pode servir de matéria-prima para o trabalho do historiador.

Dentre os muitos autores que poderíamos utilizar para discutir o conceito de documento, não podemos deixar de lado as contribuições de Le Goff (2003) ao diferenciar documento e monumento, este como uma herança do passado e aquele como uma escolha do historiador. Os adeptos da teoria positivista entende(ia)m documento apenas como texto, entretanto a historiografia mais recente tem ampliado e enriquecido o conceito de documento, e isso aparece na definição de Febvre (apud LE GOFF, 2003, p. 530) que afirma:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas [...] Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem [...].

Segundo Furtado (2011) é relevante considerar que foi neste contexto de rompimento com as velhas tradições de pesquisa, com a abordagem de novas temáticas e objetos e de construção de novas modalidades interpretativas, que as investigações acerca das instituições escolares, de seus arquivos e fontes ganharam espaço na historiografia educacional brasileira. A partir dos anos de 1990, a instituição escolar no campo da pesquisa em História da Educação passou a ser observada sob outro ângulo, levando em consideração sua materialidade e suas finalidades.

De fato, sabemos que, para (re)construir a história não bastam documentos escritos. Portanto ao tomarmos contato com o cotidiano da escola podemos atentar para seu funcionamento administrativo e pedagógico, observando as fontes que são produzidas naquele espaço como: atas, fotos, vídeos, cadernos escolares, fontes orais, livros didáticos, jornais, revistas, plano de aula, relatórios, trabalhos de alunos, etc

(BONATO, 2005) que permitem a compreensão do processo de ensino, da cultura escolar, da história daquela instituição e por consequência, da História da Educação. Entretanto, muitas escolas ainda não se mobilizaram para preservar os seus arquivos e o lugar de guarda dos documentos apresentam problemas de acesso e de conservação.

Há que se considerar que nos arquivos escolares é importante “guardar peças que permitam perceber facetas do cotidiano (e não simplesmente reponham a lógica organizacional e legal das instituições)” bem como referenciar as informações contidas nos documentos, no sentido de desenvolver índices, guias de fontes, dicionários. (VIDAL, 2000, p. 41).

Atentar para a questão da preservação dos arquivos impõe entender que a atração por este tipo de fonte é uma característica da sociedade atual, que cada vez mais discute memória/esquecimento. Vidal (2005, p. 19) nos alerta que no cerne da questão sobre a preservação deve-se:

confrontar o desejo de tudo preservar, perpetuando a lembrança, à necessidade de organizar a documentação e efetuar o descarte. Organizar e descartar são faces de um mesmo procedimento de transformar em documento objetos distribuídos de outra maneira em nossa sociedade, alterando-lhes seu lugar e estatuto: um processo técnico, no campo arquivístico, que implica a constituição do legado do presente ao futuro.

Ora, é sabido que em muitas instituições o espaço proposto à documentação que vai se acumulando é denominado de arquivo morto⁴, espaço este que pode ser identificado como porões úmidos, salas apertadas, ou até mesmo no vão embaixo das escadarias da escola. A denominação arquivo morto, já revela bastante o entendimento da escola sobre a documentação de caráter permanente, insinuando a falta de utilidade ou o descarte. Além das instituições educativas demandarem pouca atenção à historicidade de suas práticas, as Secretarias Estaduais de Educação, responsáveis pela maioria destas instituições, também não assumiram uma política de guarda e preservação (ZAIA, 2003).

⁴ Segundo Camargo e Bellotto (1996, p. 8) arquivo morto “é a denominação comumente utilizada em escolas, mas, também, em outros estabelecimentos, para designar o depósito onde se acumulam os documentos já não mais necessários à administração, mas que ainda guardam valor legal”.

Diante do exposto Mogarro (2006) reafirma a importância do lugar do arquivo na instituição escolar que

tem acompanhado a afirmação dessa mesma instituição como um microcosmos com formas e modos específicos de organização e funcionamento. As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. simultaneamente, apresentam uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola. (MOGARRO, 2006, p. 73).

Vidal (2000) e Bonato (2005) ao discutirem os arquivos escolares, especificamente a questão do descarte documental, apontam a necessidade de um diálogo entre arquivistas e historiadores, levando em consideração, principalmente, as mudanças no campo historiográfico. É necessário um empenho para organizar “o arquivo morto das escolas, constituindo-o em um arquivo histórico, integrado ao arquivo corrente, não física, mas funcionalmente [...] implica também o cuidado em conservar documentos gerados em outros âmbitos que não a secretaria da escola” (VIDAL, 2005, p. 22).

No Brasil, nos últimos anos do século XX assistiu-se à emergência de um significativo interesse pela escola e pelo seu passado. Nas palavras de Mogarro (2006) os novos olhares que foram dirigidos, pelos investigadores da história da educação, sobre o patrimônio e a história da escola privilegiaram também as memórias dos atores educativos e desenvolveram projetos de investigação e intervenção sobre essas temáticas. Não podemos desconsiderar que essas iniciativas contribuem para a construção da identidade da escola e o estímulo de sua memória.

Segundo Mogarro (2006) a relevância dos arquivos configura-se pelo fato de ser um espaço onde foi deixado, ao longo do tempo, documentos e testemunhos, que possibilita(ra)m o conhecimento, a apreensão da vida das instituições.

A importância do lugar do arquivo na instituição escolar tem acompanhado a afirmação dessa mesma instituição como um

microcosmos com formas e modos específicos de organização e funcionamento. As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente, apresentam um identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multi-dimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola. (MOGARRO, 2006, p. 73).

Torna-se imprescindível pensar na preservação dos documentos, pois o descarte dos mesmos advém da falta de entendimento de que o passado pode ser fonte de pesquisa e, portanto, revisitado.

A consciência sobre o valor e a importância da preservação do patrimônio documental e escolar ainda é muito incipiente em nosso país. Cabe ao pesquisador da História da Educação esta tarefa de conscientizar a escola, os professores, os alunos e funcionários do valor dos documentos produzidos na (pela) escola.

A boa organização dos arquivos escolares auxilia não só aqueles que frequentam o ambiente escolar, como também contribui para o trabalho do historiador na (re)construção de uma História da Educação naquela região.

Trata-se de um trabalho lento e gradual, mas que já vem sendo realizado por um grande número de grupos que se dedicam ao estudo da História da Educação⁵, dentre eles podemos destacar o Laboratório de Ensino e Pesquisa em História da Educação – LEPHE criado em 2012 na Universidade Estadual de Londrina que se destina a conservação de espaços e guarda do material relacionado ao curso de Pedagogia daquela universidade.

Uma das características mais presente na proposta de existência do LEPHE faz referência às ideias de conservação e memória, conservação de documentos, arquivos e materiais que possam contribuir para a construção da história do curso de Pedagogia, como também, a conservação da memória, tendo em vista que os projetos desenvolvidos pela área de História da Educação no curso de Pedagogia da UEL em grande parte utilizam como fonte para a pesquisa a história oral, na tentativa de recuperar os vestígios

⁵ Ver Centro de Memória da Educação (USP).

do passado evocados nas lembranças, pela memória daquele que vivenciou o período e/ou a situação em que se debruça os estudos da pesquisa.

A memória é uma espécie de caleidoscópio composto por vivências, espaços e lugares, tempos e pessoas, sentimentos, percepções/sensações, objetos, sons e silêncios, aromas e sabores, texturas, formas. Movemos tudo isso incessantemente e a cada movimento do caleidoscópio a imagem é diversa, não se repete, há infinitas combinações, assim como, a cada presente, resignificamos nossa vida. Esse resignificar consiste em nossos atos de lembrar e esquecer, pois é isso a Memória, os atos de lembrar e esquecer a partir das evocações do presente (STEPHANOU; BASTOS, 2009, p. 420).

A partir desta percepção de História da Educação, juntamente com a abertura no leque de possibilidades em pesquisas na mesma área, advém o anseio por um espaço na UEL que realizasse a guarda de materiais acadêmicos relacionados ao curso de Pedagogia localizado no Departamento de Educação. Esta necessidade culminou na proposição do LEPHE, com a finalidade de conservar as fontes que contribuem para contar, um pouco da história deste curso. Arelada a esta finalidade, o LEPHE também se constituiu como espaço de pesquisa e ensino, por meio de projetos com temas abordados na História da Educação.

Com o espaço do LEPHE ampliamos a noção de documentos, “não mais só os escritos, mas a tudo aquilo que revela o passado humano, que é fruto da ação do homem” (PEREIRA, 2007, p.87). O LEPHE é um espaço não só de organização e conservação do material, mas também de incentivo a cultura de conservação dos vestígios significativos para a construção histórica da educação.

Portanto este ambiente passou a promulgar discussões acerca das questões permeadas pelo campo educacional, propiciando diversos movimentos de debates, estudos, pesquisas e conhecimentos através de projetos elaborados e desenvolvidos por docentes da área de História da Educação, envolvendo alunos de graduação e estudantes de Ensino Médio, bem como por meio de orientações tanto de trabalhos de Conclusão do Curso quanto orientações de sub-projetos.

A investigação empreendida no acervo da universidade permitiu localizar uma variedade de fontes documentais, de caráter histórico, pedagógico e administrativo,

contamos também com muitas doações de professores aposentados e/ou outros departamentos. O processo de conservação dos arquivos foi iniciado por meio de um levantamento da documentação existente, os documentos, CDs, vídeos foram separados, classificados e catalogados de acordo com sua natureza, com sua temática e obedecendo a ordem cronológica. A documentação contida no LEPHE hoje possibilita inúmeras pesquisas referentes à História da Educação, a instituição de ensino, a cultura escolar, e também fornece elementos significativos sobre a memória e as práticas e/ou relações que se estabeleceram no entorno da universidade.

Considerações finais

A História da Educação tem possibilitado não somente perceber as permanência e rupturas presentes no meio educacional, mas também propicia uma reflexão a respeito das especificidades pertinentes a educação. Podemos analisar pelo viés histórico diferentes concepções de ensino, métodos, modalidades, práticas educativas, conceitos educacionais, visões e atribuições para com educadores e educandos, tudo pertencente a determinados contextos históricos, de modo que o pesquisador pode voltar seu olhar e desvelar vestígios deixados pela história.

Entretanto, é válido ressaltar que as pesquisas em educação não trazem em si a totalidade dos fatos a serem pesquisados, nem verdades acabadas. Mas, possibilitam novos olhares, novas interpretação, através do estudo voltado para aspectos que talvez antes não foram percebidos, ou, apenas não foram objetos centrais de pesquisas anteriores. Portanto, fica evidente o quão fundamental se faz as pesquisas em História da Educação, campo crescente que tem contribuído para o entendimento de diferentes aspectos educacionais.

Também se torna evidente que o alargamento das fontes para os estudos em História da Educação tem contribuído fortemente para o pesquisador lançar novos olhares sobre os fenômenos educativos e neste cenário não podemos deixar de expressar o quão importante tem se apresentado as contribuições que as memórias propiciam para as reflexões das pesquisas realizadas nesta área do conhecimento. “A

história é o exercício da memória realizado para compreender o presente e para nele ler as possibilidades do futuro, mesmo que seja um futuro a construir, a escolher, a tornar possível (CAMBI, 1999, p.35)”.
.

Referências

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício de historiador**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONATTO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.10, p. 193-220, jul/dez, 2005.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): A revolução da historiografia**; tradução Nilo Odalia. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CAMARGO, Ana Maria de A.; BELLLOTTO, Heloisa L. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo, Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CAMBI, Franco. Ativar a memória para compreender o presente. In: _____. **História da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999. p. 35-37.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.) **Domínios da História** – ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2.ed. - Rio de Janeiro; Forense Universitária, 2006.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Pesquisa em História da Educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte: HG edições, 1999.

_____. (Org.) **Arquivos, fontes e novas tecnologias** – questões para a história da Educação. Campinas: Autores Associados, 2000.

FEBVRE, Lucien. Combats pour l’histoire. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória: Tradução Bernardo Leitão**. 5.ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

FURTADO, Alessandra Cristina. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. **InCID: R.CI.Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, jul/dez, 2011.

GATTI JR, Décio. **A história do ensino de história da educação no Brasil: aspectos teórico-metodológicos de uma pesquisa (1930-2000)**. História da Educação, ASPHE/FAE/UFPEL, Pelotas, v.12, n.26 p.219-240, set/dez, 2008.

GONDRA, José Gonçalves (Org.) **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**; tradução Bernardo Leitão... [et al.]. 5ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1976.

LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.) **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e educação: a construção da memória educativa. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**, n.1, p. 71-84, 2006. Disponível em:<<http://sisifo.fpce.ul.pt>> Acesso em 27 julho de 2013.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da Educação e Fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.) **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 17-62.

PEREIRA, Marcia Aparecida Franco. **Uma abordagem da história das instituições educacionais: a importância do arquivo escolar**. In: Educação Unisinos. v. 11, n. 2. maio/ago. 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In. LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas (SP): Autores Associados, 2004, p. 1-12.

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara. História, Memória e História da Educação. In: **Histórias e Memórias da educação no Brasil**, vol. III. 3.ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2009. p. 416-429.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa.** – Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p.3-30.

VIDAL, Diana Gonçalves. Fim do mundo do fim: Avaliação, preservação e descarte documental. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação.** Campinas: Autores Associados; EDUSF, 2000, p. 31-43.

ZAIA, Iomar Barbosa. **A história da educação em risco: avaliação e descarte dos documentos do arquivo da Escola de Aplicação.** São Paulo: FEUSP, Dissertação de Mestrado, 2003.